

Masília Aparecida da Silva Gomes*

A FORMAÇÃO DE MÚLTIPLAS PAISAGENS AGRÍCOLAS NA FRONTEIRA OESTE
(1752-1790)

Resumo: Este texto salvo algumas pequenas modificações é parte integrante do segundo capítulo de minha dissertação de mestrado (2008), onde analisei a constituição de múltiplas paisagens no termo da Vila Bela da Santíssima Trindade entre os anos de 1752 a 1790. No entanto, nesse texto em específico meu objetivo foi analisar a constituição de múltiplas paisagens na região onde atualmente chamamos de Amazônia legal. Sendo assim, buscamos evidenciar a historicidade dessa suposta “vocação” para o agronegócio nessa região com a constitui o de lavouras onde se plantava principalmente milho, feijão e arroz, além de leguminosas como o cará e a batata. Ou seja, a constitui o de paisagens rurais gustativas - aquelas que segundo Albuquerque Júnior são as mais nobres já que nos faz lembrar os sabores da infância.

Palavras-chave: Amazônia Legal, paisagens rurais gustativas, Vila Bela da Santíssima Trindade

Abstract: This text, apart from some small modifications, is an integrant part of the second chapter of my mastership dissertation (2008), where I analyzed the constitution of multiples landscapes in Vila Bela da Santissima Trindade between the years of 1752 to 1790. However, in this specific article my aim is to analyze the constitution of multiples landscapes in the region recently nominated of legal Amazon. Furthermore, we tried to clearly show the history of the so called “vocation” for the agribusiness in this region with the constitution of husbandry in which corn, bean and rice, not to mention leguminous like the yams and the potato were cultivated. That is, the constitution of the rural gustatory landscapes – Those which according to Albuquerque Júnior are the most nobles ones, since it remind us of our childhood tastes.

Keywords: Legal Amazon, rural gustatory landscapes, Vila Bela da Santissima Trindade

Desde o século XVIII que Mato Grosso   sempre lembrado na média e no cenário nacional por sua voca o natural para o agronegócio. Localizado no centro-oeste do país Mato Grosso é hoje reconhecido no cenário nacional como primeiro

*Graduada em história pela UFMT- Universidade Federal de Mato Grosso (2005) e Mestre em história Territórios e Fronteiras pela mesma universidade (2008). Atualmente atua como professora de ensino fundamental na rede pública de ensino. Email. masilia_aparecidadasilva@yahoo.com.br

produtor de soja do mundo, segundo produtor de milho e o estado que tem um dos maiores rebanhos agropecuário do país. (Revista Veja. Editora Abril, edição 2171- ano 43- nº 26. 30 de junho de 2010.parte de informe publicitário).

No entanto, se recuarmos 200 anos no tempo e formos analisar a ocupação do espaço que se convencionou chamar hoje de Amazônia legal vamos perceber algumas diferenças, mas algumas permanências, também. E é esse o objetivo do presente artigo, analisar a formação de múltiplas paisagens agrícolas na capitania de Mato Grosso entre os anos de 1752 -1790.

Criada em 1748, com seus dois distritos o do Cuiabá e o do Mato Grosso, a capitania de Mato Grosso abrangia um espaço territorial de mais ou menos 500 léguas que compreendia, os atuais estados de Rondônia - emancipada politicamente em (1940) -, Mato Grosso e Mato Grosso Sul - separado em (1979) em plena ditadura militar-(SIQUEIRA, 2002, p.211).

Para pensar a constituição dessas múltiplas paisagens, centro meu foco de análise em Vila Bela da Santíssima Trindade, criada em 1752, pelo primeiro capitão general da capitania às margens do Rio Guaporé. A criação dessa vila capital bem às margens do rio Guaporé foi umas das principais estratégias lusas para garantir as vantagens obtidas no Tratado de Madri e, assim, assegurar a posse desse território localizado na fronteira oeste da América portuguesa.

As paisagens que privilegio aqui são múltiplas, falo desde paisagens já bem tradicionais como a paisagem mineira, urbana e a rural; até paisagens mais sublimes aquelas ditadas por nossos cinco sentidos. Sendo assim, seguindo as pegadas de Albuquerque Júnior gostaria de falar em paisagens em dois sentidos, a paisagem gustativa que lembra os sabores mais sublimes do seres humanos, como os sabores da infância por exemplo. Mas, também da paisagem feita a partir dos cinco sentidos como a audição, o olfato, o tato, a visão e o paladar (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 49-65). Ou seja, trato a aqui de formação de paisagens em múltiplos sentidos para pensar a re-ocupação lusa desse espaço da Amazônia legal, qual seja, o termo do Mato Grosso que abrangia no período colonial a parte norte de Mato Grosso e o atual estado de Rondônia.

A historiografia tradicional sobre a capitania de Mato Grosso ajudou a cristalizar no imaginário regional a visão de predomínio exclusivo de atividades mineratórias □ ouro e diamantes. □, nas quais pessoas vindas de diferentes regiões, para sobreviverem dependiam de víveres importados via monções, pela não existência

de outras atividades produtivas. No entanto, estudos históricos recentes e fontes documentais ainda pouco exploradas, como os “Anais de Vila Bela”, nos permitem reconhecer que, simultaneamente à paisagem das minas se configurou uma paisagem rural, com áreas voltadas para atividades criatórias e para a produção de alimentos.

A imagem de paisagem unívoca, construída e consolidada no tempo e no senso comum silencia a formação de outras, que se constituíram *pari passu* com a mineração. Se por um lado é inegável que a exploração aurífera marcou o início das atividades econômicas em larga escala na região, abrindo novas frentes de expansão, por outro, fica evidente que um amplo leque de atividades comerciais, agrícolas e manufatureiras se estabeleceu simultaneamente às atividades de extração mineral, formando uma complexa base produtiva que oferecia sustentação e assegurava o sucesso da colonização e expansão portuguesa no Vale do Guaporé.

Para Simon Schama, a paisagem nada mais é que o produto da relação entre homem e natureza; são registros históricos, permeados pela cultura dos homens que com ela interagiram ao longo dos tempos (SCHAMA, 1996). Nesta mesma perspectiva, Regina Horta mostra que a idéia de paisagem como algo puro, dado e intocado é um mito. A paisagem resultante da interação dialética estabelecida entre homem e natureza também pode revelar aspectos que incidiram e contribuíram para as mudanças efetuadas em dada paisagem, de determinada sociedade em cada período histórico (DUARTE, 2005).

Neste sentido, José Augusto Drumond lembra que, ao se pensar na configuração de uma dada paisagem é preciso levar em consideração diversos fatores que, de forma direta ou indireta interferiram na configuração dessa paisagem, tais como índices demográficos, capacidade de produção de alimentos, nível tecnológico, dados do direito diplomático, tal como a assinatura de novos tratados de limites, além do amplo conjunto de valores religiosos, éticos, tecnológicos, dentre outros (DRUMMOND, 2000).

Para Maria Yedda Linhares, de modo geral, a economia rural da América portuguesa tem sido vista como constituída por três paisagens. A primeira, formada pela grande lavoura voltada para o cultivo da cana-de-açúcar; a segunda, pela pecuária extensiva; e uma terceira, constituída pelo que Linhares denominou “lavoura de abastecimento”, ou seja, a paisagem formada pela lavoura voltada para a produção de alimentos, destinada a abastecer tanto os moradores rurais quanto os urbanos, habitantes dos arraiais e vilas coloniais próximas a elas (LINHARES, 2002, p.113-114).

Linhares ressalta também que na historiografia brasileira são inúmeras as pesquisas que se dedicaram a estudar a fundo a grande lavoura, mas que, no que se refere à constituição da pecuária extensiva e das lavouras destinadas à produção de alimentos há ainda muito a ser feito. Considere-se que a lavoura dedicada à produção de alimentos esteve presente em todas as regiões da colônia, independentemente da atividade econômica privilegiada, desempenhando um papel fundamental, como um “importante elo do macromodelo da economia colonial (2002, p. 118).

Por um longo período a historiografia retratou a lavoura dedicada à produção de alimentos como “lavoura de subsistência”. Ao estudar o abastecimento alimentar na comarca do Serro Frio, em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, José Newton Coelho Meneses aponta para os problemas que o uso do termo “subsistência” acarreta. Na visão de Meneses, o termo subsistência é problemático porque, do ponto de vista econômico, “implica em ausência de ligação entre a unidade produtiva e o mercado, tanto de produtos quanto de fatores como o mercado de mão-de-obra”, por exemplo. Já sob o ponto de vista sociológico, “subsistência designaria estreita ligação entre a unidade produtiva e o grupo que a explora e vive exclusivamente dela”. Além disso, o termo “subsistência tenderia a diminuir o potencial comercializável da produção agrícola para abastecimento alimentar interno” (MENESES, 2000, p. 98).

Portanto, se operássemos com o termo “subsistência” seria o mesmo que aceitar que essa produção rural exercia papel praticamente nulo no abastecimento de vilas e fortes, por exemplo, e não estaríamos respondendo à questão referente à origem dos recursos utilizados pelos lavradores para adquirir ferramentas e produtos necessários em seu cotidiano. Por outro lado, considerar apenas a noção de “lavoura de abastecimento”, proposta por Linhares, significaria concluir que toda a produção estava voltada para o mercado interno, deixando sem espaço de ação o pequeno produtor, que não raro ainda praticava o escambo para comercializar o pouco que excedia de sua produção, para garantir a aquisição daquilo que necessitava para manter sua pequena propriedade.

Ao refletir sobre essas questões □ que também são as nossas □, José Newton Coelho Meneses se questiona se não seria mais satisfatório tratar essa produção de “camponesa” ou de “mercantil simples”, como sugere José Graziano da Silva (SILVA, 1980). Os argumentos de Meneses se fundamentam em Henrique de Barros, (BARROS, 1975.) para quem “alguns impulsos e estímulos exteriores mudam o sistema de subsistência”, tais como “instalação de comerciantes polivalentes na área; aquisição de terras (ou do direito de uso) por parte de grandes proprietários; aumento populacional e

intervenção de autoridades”. Concordamos com Meneses quando afirma que é necessário um exercício de relativização, pois todos esses sistemas agrícolas conviveram e convivem uns com os outros até os nossos dias. Meneses, portanto, considera temerária qualquer tipo de generalização, deixando claro que um sistema não exclui necessariamente o outro, e que tiveram e têm um papel importante do ponto de vista da produção e do abastecimento alimentar (2000, p. 99).

Desse modo, da mesma maneira que a historiografia nacional se ressentiu de estudos menos generalizantes, na produção regional sobre o período colonial ainda há muito por fazer em relação à formação da paisagem constituída a partir da lavoura de abastecimento, pois foram poucos os estudos que se dedicaram a problematizar a existência de uma produção local de alimentos, com vistas a abastecer as minas e seus habitantes¹.

Na produção historiográfica regional encontramos apenas um estudo dedicado a estudar a temática da alimentação no período em questão. Trata-se da dissertação de mestrado defendida em 2003, por Luzinéia Guimarães Alencar, na qual a autora focalizou as contribuições culturais de negros, índios e portugueses na formação da base alimentar dos moradores da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Embora seja um trabalho importante para se pensar a temática da alimentação no século XVIII, a autora não discute a problemática da produção de alimentos, não adentrando no universo do produtor e da produção de alimentos, seu foco de análise privilegia o universo urbano. Além do mais, embora seu recorte seja a capitania de Mato Grosso Alencar não se deteve no termo do Mato Grosso (ALENCAR, 2002).

Já o estudo desenvolvido por Tiago Kramer de Oliveira a respeito da constituição de ambientes rurais no extremo oeste da América portuguesa entre os anos de 1716 e 1750, traz contribuições relevantes para a discussão a respeito da constituição de diferentes paisagens agrícolas e da produção local de alimentos. Ao analisar a formação do que chama de “ruralidade” enfoca aspectos importantes da produção agrícola traçando suas conexões com os ambientes urbanos e com circuitos mercantis locais, regionais e coloniais, quebrando com a idéia de isolamento. Embora suas análises priorizem a história econômica e se limitem a primeira metade do século XVIII,

¹ Alguns estudos, embora não focalizem especificamente a produção local de alimentos, contribuem para se estudar a alimentação no Mato Grosso, tais como: ROSA, 1996; FERNANDES, 2003. OLIVEIRA, 2003; MOURA, 2005.

seu trabalho é sem dúvida, referência quando o assunto é produção de alimentos em Mato Grosso (OLIVEIRA, 2008).

No estudo que desenvolveu enfocando o abastecimento na capitania de Minas Gerais, no século XVIII, Mafalda Zemella afirmou que no período de apogeu da extração aurífera, a agricultura era uma atividade tímida e incipiente, só encontrando condições propícias para se desenvolver após a queda da mineração. Segundo a autora, no auge da produção do ouro, a agricultura teria esbarrado em obstáculos de três ordens para se desenvolver. O primeiro, de ordem psicológica: o ouro e a ilusão de grandes e fáceis riquezas era um entrave ao desenvolvimento de outras atividades, cuja possibilidade de riqueza era mais lenta e remota. Um segundo obstáculo seria de ordem política: a Coroa lusa, ávida por tributos, desenvolvia uma política no sentido de concentrar todas as atividades de Minas na produção aurífera, visando assim, manter seus moradores dependentes de víveres importados de outros centros produtores localizados no centro-sul da colônia, privilegiando a arrecadação do direito das entradas. O último entrave ao desenvolvimento das atividades rurais, apontado pela autora, estaria ligado à natureza do solo das minas, considerado pobre para atividades agrícolas (ZEMELLA, 1990, p. 209-210).

Contudo, estudos contemporâneos sobre as minas setecentistas vêm demonstrando, por meio da análise de documentações diversas, que as conclusões a que chegou Zemella, são passíveis de contestação. Dentre os vários estudos produzidos em Minas Gerais podemos citar os de Caio Boschi que, ao estudar o mercado interno em Minas Gerais afirma que nas Minas setecentistas, para cuidar e garantir o abastecimento, simultaneamente à mineração foi se constituindo uma diversificada estrutura produtiva, marcada por intensas relações comerciais, e práticas manufatureiras e agrícolas (BOSCHI, 2002, p.58-65.)

Ângelo Alves Carrara, por sua vez, ao analisar o movimento dos preços agrícolas e pecuários em Minas Gerais lança algumas luzes acerca das demandas internas naquela capitania no século XVIII. Para Carrara, ao contrário do que afirmara Zemella, muitas pessoas que se deslocaram para Minas Gerais se dedicaram à produção de mantimentos com o objetivo de abastecer a crescente demanda criada nas Minas Gerais a partir da descoberta do ouro (CARRARA, 2006).

Tendo como fontes privilegiadas inventários e testamentos *pos mortem*, José Newton Coelho Meneses, ao buscar desvelar as estruturas mínimas da vida econômico-social do produtor de alimentos na Comarca do Serro Frio, na segunda metade do século

XVIII, nos apresenta um mundo rural de estrutura complexa, onde as atividades mineratórias conviviam *pari passu* com atividades de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos. Sem estabelecer grau de hierarquia entre as atividades, e deixando claro que seu objeto não é discutir se houve ou não agricultura no período áureo da mineração, o autor esclarece que a economia agrícola setecentista era dinâmica, não comportando, portanto, generalizações de qualquer espécie (2000, p. 98-100). Desse modo, retornamos à afirmação de Boschi: “nas minas nem tudo que reluzia era ouro” (BOSCHI, 2002, p. 65) que também pode ser aplicada às minas do Mato Grosso, no período estudado.

José Roberto do Amaral Lapa, em “Economia colonial” afirma que em Mato Grosso a agricultura foi praticada desde o início da colonização portuguesa, pois, em decorrência dos problemas de fronteira, a Coroa lusa logo se convenceu de que a melhor forma de garantir o povoamento seria incentivar o desenvolvimento das atividades agrícolas e criatórias, consideradas importantes para a fixação do homem à terra. Desse modo, desde os primórdios da ocupação portuguesa nas terras do Mato Grosso, que a Coroa teria desenvolvido uma política no sentido de incrementar as atividades agrícolas, buscando não só resolver os problemas referentes ao abastecimento de gêneros comestíveis, mas também guarnecer a fronteira em condições permanentes (LAPA, 1973, p. 29.)

Neste sentido, as constantes instruções passadas aos capitães gerais para que levassem adiante medidas que fomentassem o desenvolvimento da agricultura, a distribuição de sesmarias e os privilégios e isenções concedidos pela Coroa para aqueles que se fixassem no Mato Grosso, são indícios claros dessa política lusa.

Nessa perspectiva, as reflexões contidas neste artigo visam contribuir para estudos que procurem cartografar os locais em que se formaram unidades produtivas agrícolas destinadas à produção de alimentos e atividades criatórias, com o objetivo de perceber o modo pelo qual essa paisagem rural foi se especializando no termo do Mato Grosso, entre os anos de 1752 e 1790.

Denominamos “unidades produtivas” aos sítios e fazendas estabelecidos no termo de Mato Grosso, que desenvolviam atividades como a produção de mantimentos²

² O termo “mantimentos”, da forma como é utilizado neste estudo, engloba tanto os alimentos cultivados quanto aqueles produtos oriundos de beneficiamento, como as farinhas de milho e mandioca e o açúcar, além de produtos que, embora não estivessem voltados à alimentação faziam parte das necessidades cotidianas dos moradores do Mato Grosso, como o tabaco e a aguardente, por exemplo.

e criação de animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, a plantação de cana e a fabricação de açúcar e aguardente. Como “unidades produtivas” são consideradas também fazendas de criação de gado destinadas a abastecer tanto os moradores rurais quanto os das vilas, além dos militares alocados nos destacamentos estabelecidos ao longo da fronteira. Ângelo Carrara, ao se referir às unidades produtivas em Minas Gerais afirma que, segundo a maneira de produzir, essas unidades podiam ser classificadas de dois modos: unidades produtivas escravistas, e unidades camponesas ou familiares. A escravista compreendia os setores minerador e agrário, sendo a responsável pela maior parte da circulação de mercadorias no mercado interno, e a camponesa ou familiar teria no faiscador o sucedâneo do setor minerador (CARRARA, 2006, p. 61).

Apesar de não dispormos de fontes que poderiam revelar mais dados a respeito da produção, tais como contratos régios e arrecadação de dízimos □ fontes utilizadas por Carrara, quando estudou a produção rural em Minas Gerais □, acreditamos que a classificação feita por ele para pensar as unidades produtivas naquelas minas pode ser aplicada ao Mato Grosso. No período estudado, é possível identificar, na documentação consultada referente ao termo do Mato Grosso, tanto unidades produtivas de grande porte, com um número considerável de escravos, quanto unidades produtivas menores, cujo comando da produção ficava a cargo do pequeno agricultor e sua família ou agregados.

Plantar roças pelos caminhos por onde passavam em suas andanças era um hábito bandeirante. Desde o início da ocupação não índia que no Vale do Guaporé iniciaram-se a implementação de unidades agrícolas voltadas para a produção e o abastecimento alimentar, nas quais se plantavam milho, feijão e mandioca. Também foi iniciada a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos. Esses sítios dedicados ao abastecimento de alimentos seguiam a rota dos novos descobertos auríferos, ao longo do caminho de terra que ligava a Vila Real ao Mato Grosso. Em novembro de 1751, após alguns meses de estadia na Vila Real, o primeiro governador Antônio Rolim de Moura Tavares, em viagem aos arraiais do Vale do Guaporé encontrou, ao passar pelas imediações do rio Jaurú,

[...] quatro sítios em distância de duas léguas em que vivem poucos moradores pobres. Um, que pertence a Antônio da Silveira Fagundes, assistente nestas minas é maior, e tem uma boa fazenda de gado, que é o que aqui se gasta. Atendendo a isso, lhe mandei passar várias

sesmarias das mesmas terras que está cultivando, e de que se está servindo, ficando ele obrigado não somente a aumentar a mesma fazenda de gado, mas também nela bastantes éguas, para o que as terras têm excelentes pastos (UFMT - NDIHR, 1982; v. I, p.64.).

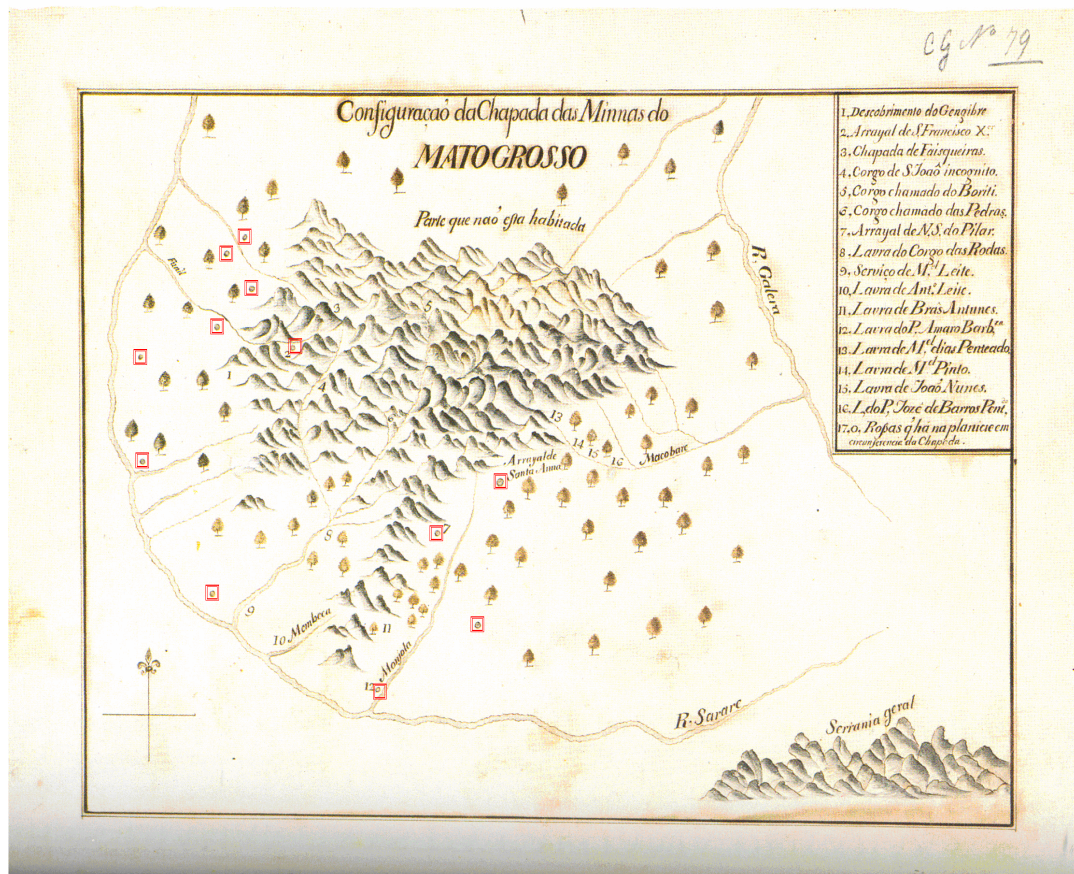
Observa-se na expressão “é o que aqui se gasta”, que parte da carne produzida por seus animais era destinada a abastecer os viajantes daquela rota, e não também os arraiais localizados nas imediações da Chapada. Pelos relatos de José Gonçalves da Fonseca constatamos a existência de outra fazenda de gado na região do Jaurú, de propriedade de Antônio Francisco, na qual, além de se dedicar à lavoura criava-se gado vacum, com o qual se socorria muitas vezes os arraiais do Mato Grosso (FONSECA, 2001, p. 20).

A trilha de expansão de estabelecimentos agrícolas voltados para o plantio de alimentos e abastecimento do mercado local acompanhou de perto o itinerário dos veios auríferos. Além das roças espalhadas ao longo dos caminhos, outras foram se constituindo nas imediações da planície da Chapada de São Francisco Xavier, no entorno das primeiras minas localizadas na Chapada. A documentação nos fornece indícios de que a formação dessas primeiras unidades de produção agrícola ocorreu simultaneamente ao descobrimento e início das extrações auríferas no Mato Grosso. Nos “Annaes do Sennado da Câmara do Cuiabá”, nas primeiras narrativas referentes às minas do Mato Grosso ressaltam informações sobre o plantio de roças: “[...] chegaram neste ano, de Mato Grosso, o sargento-mor Abreu e outros, deixando já roças plantadas”, ou, “quiseram muitas pessoas fazer viagem para Mato Grosso, a colher as roças que haviam deixado do ano antecedente” (SUSUKI, 2007, p. 67). Encontramos informações semelhantes nos “Anais de Vila Bela”, como o registro de que no ano de 1736 “valia um alqueire de milho seis oitavas”, milho este “produto das roças e plantas do mesmo descoberto” (AMADO; ANZAI, 2006, p. 42).

Mapa I

Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso

Mapa III
Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso



Fonte: GARCIA, 2000, p. 446

Fonte: GARCIA, 2000, p. 446.

Na cartografia que retrata o território do termo do Mato Grosso □ boa parte dela produzida na segunda metade do século XVIII □, destacamos mapas que identificam muitos dos locais onde estavam localizadas essas unidades de produção agrícola, como o mapa acima no qual destacamos as roças retratadas, cuja localização era nas proximidades das minas onde se formaram os primeiros arraiais do Mato Grosso.

No lado superior direito, onde é possível ver a discriminação de dezessete itens. Até o item de número dezesseis foram discriminados os locais onde se minerava no Mato Grosso. Entretanto, no último item nota-se, logo após o número dezessete, um pequeno círculo, seguido da seguinte afirmação: “roças que há na planície em circunferência da chapada”. Portanto, as roças existentes na circunferência da Chapada foram identificadas no mapa por pequenos círculos – por nós destacados em detalhes quadriculados em vermelho. Ampliando-se essa imagem é possível notar que, de um

total de doze roças, oito estavam localizadas próximo ao arraial de São Francisco Xavier, duas no Arraial do Pilar, e duas no arraial de Santana. Observa-se também que o maior número de roças estava localizado próximo ao arraial de São Francisco Xavier, o maior arraial do Mato Grosso antes da fundação de Vila Bela³.

Neste mapa podemos visualizar tanto os locais em que mais se minerou na repartição do Mato Grosso, quanto aqueles em que se configuraram as primeiras unidades de produção de alimentos no Mato Grosso, ou seja, “na planície em circunferência da Chapada”, no entorno da faixa de terras auríferas compreendidas entre os rios Galera e Sararé.

Contudo, a produção alimentar dessas unidades era ainda incipiente, considerando o grande fluxo migratório para a região e o conseqüente aumento na demanda, tornando necessário buscar diversos alimentos tivessem no Cuiabá, exigindo o percurso de longas distâncias, fator que, além de dificultar o transporte de mercadorias gerava custos que, segundo Rolim de Moura “era o dobro do frete que pagavam os negociantes do Cuiabá”(CORRÊA FILHO, 1994, p. 325). Os longos trajetos da viagem por terra, e a falta de peixes para a alimentação diária dos comboieiros oneravam os preços das mercadorias transportadas para os arraiais, por conta das despesas com a alimentação de escravos e animais (BANDEIRA, 1988). O transporte de mercadorias por vias fluviais, apesar das dificuldades impostas pelos rios caudalosos e cachoeiras, gerava menos custos no frete das mercadorias, se comparado ao transporte terrestre. Isso porque as canoas comportavam uma quantidade maior de mercadorias, sem necessitar de um grande contingente de escravos e de animais, o que diminuía o custo com a manutenção da comitiva.

Desse modo, a baixa produtividade, aliada à dificuldade no transporte e à demanda crescente, contribuía para a elevação dos preços dos alimentos. Os relatos sobre a carestia de gêneros de primeira necessidade nas primeiras décadas de ocupação no termo são muito freqüentes na documentação consultada. A título de exemplo, os Anais de Vila Bela do ano de 1736, no qual foram registrados os preços dos alimentos praticados naquele ano e nos anos seguintes, nos oferecem a dimensão alcançada pelo aumento nos preços dos alimentos:

³ Constatamos a existência de um outro mapa muito semelhante a esse, publicado na obra da professora Elizabeth Madureira Siqueira, inclusive com o mesmo nome. Entretanto, ao se analisar a imagem nota-se algumas diferenças. Na imagem publicada por Siqueira os itens explicativos da legenda foram dispostos no lado esquerdo inferior, além disso constatamos que foram registradas três roças no arraial de Santana e não duas como na primeira imagem, formando portanto um total de treze roças, e não doze como retrata o mapa publicado por Garcia. In: SIQUEIRA, 2002, p.49.

Principiou o feijão a dez oitavas o alqueire e, depois, pelos anos adiante, valeu a vinte oitavas; chegou a valer a quantia de ouro uma quarta. Valia uma libra de carne, ou de vaca ou de porco, duas oitavas; e uma libra de toucinho salgado, vindo do Cuiabá, duas e meia; um frasco de aguardente de cana 15 oitavas; um prato de sal por quatro oitavas e, ao depois, cresceu a mais; uma caixeta de marmelada branca cinco oitavas, e uma libra de alguma marmelada de sumo que aparecia, valia seis e 7/8; e pelo mesmo preço, uma libra de açúcar. Uma galinha valia seis oitavas; dos mais gêneros necessários para as doenças totalmente nada havia. (AMADO; ANZAI, 2006, p.42).

No século XVIII, uma oitava de ouro em pó equivalia a aproximadamente de 1\$200 a 1\$500 réis (SIMONSEN, 1978, p. 283). Tomamos como referência os dados citados acima e convertemos os preços praticados em oitavas para réis⁴, de três itens comercializados em Mato Grosso, considerados essenciais para a manutenção da alimentação e da saúde dos habitantes das minas. Assim, convertendo os preços do feijão, da aguardente e da galinha, de oitavas para réis, obtém-se que o feijão começou a ser vendido por um valor que oscilava entre 12\$000 a 15\$000 réis o alqueire, e que pelos anos seguintes seu valor ficou entre 24\$000 a 30\$000 réis o alqueire. Quanto à aguardente de cana, um frasco do produto era comercializado por 18\$000 réis, podendo chegar a 22\$500 réis, e a galinha chegava a valer entre 7\$200 réis a 9\$000 réis.

Em pesquisa recente sobre a formação do meio rural no extremo oeste da América portuguesa, entre os anos de 1716 e 1750, Tiago Kramer de Oliveira comparou os preços dos mantimentos cobrados nos primeiros anos no termo do Cuiabá, com aqueles cobrados no termo do Mato Grosso. Kramer elaborou duas tabelas de preços com dados retirados de diversas fontes documentais, e demonstrou que, se compararmos apenas os preços praticados nas duas repartições, na década de trinta, chegaremos à conclusão de que os preços no Cuiabá, naquela década, foram mais baixos que os do Mato Grosso; no entanto, se compararmos os preços praticados nos dois distritos, considerando apenas os primeiros anos de ocupação de cada região chegaremos à conclusão de que os preços praticados no Mato Grosso e em seus arraiais, nos primeiros anos de ocupação, foram bem mais baixos que os praticados no Cuiabá, antes da fundação da Vila Real (ou seja, antes de 1727) (OLIVEIRA, 2008, p.123-141). Em relação aos fatores explicativos para essa constatação, por um lado pode ser que os incentivos fiscais concedidos a seus novos moradores ajudaram a baixar o custo de

⁴ Esses valores são usados aqui como parâmetros, pois o valor da oitava não era fixo, portanto, variava para mais ou para menos de acordo com a conjuntura econômica.

produção, e isso teria tido um efeito direto nos preços praticados no termo. Mas, por outro lado, isso pode estar ligado a fatores climáticos, que teriam interferido na produção e no preço final dos produtos, haja vista que, no Mato Grosso dos primeiros anos, não se registrou a mesma seca registrada no Cuiabá da década de 20 do Setecentos. Além disso é preciso considerar também que na segunda metade da década de 30 do século XVIII, Cuiabá já tinha uma base produtiva consolidada, e que muitos produtores da Vila Real e seu distrito forneciam alimentos para o Mato Grosso, fator que certamente ajudou a manter um certo equilíbrio nos preços praticados no Mato Grosso.

É importante observar que, embora se tenha consagrado na historiografia relatos referentes à idéia de que as minas do Mato Grosso localizavam-se em uma região insalubre (AMADO; ANZAI, 2006, p. 47), onde grassavam a doença, a fome e a miséria, foram poucos os relatos identificados na documentação que tratassem de fome. É preciso lembrar, ainda, que a fome é um dos dispositivos mais explosivos na configuração de motins e conflitos, e neste sentido parece esclarecedor o fato da capitania de Mato Grosso não ter registrado, no período aqui retratado, nenhum motim ou mesmo conflito de maiores proporções. Outra consideração importante é que, embora muitos atribuam a carestia à falta de mercadorias no mercado interno, esta também pode ser vista como um sintoma de aumento da demanda, que leva à uma supervalorização do produto no mercado. Conforme afirma Carrara, “de acordo com a fórmula difundida por Labrousse todas as altas longas e progressivas dos preços identificam períodos de expansão”(CARRARA, 2006, p.108).

A agricultura, no século XVIII, sofria também com as instabilidades climáticas, e o excesso ou a falta de chuvas influenciava diretamente na quantidade e qualidade dos víveres produzidos. Além dos problemas ligados às águas, os lavradores lidavam com pragas e até mesmo com o fogo desordenado, que muitas vezes destruía roças e paióis de mantimentos inteiros, gerando não só a carestia dos alimentos, mas também fome, como a que ocorreu no ano de 1749, devido aos “fogos dos matos e paióis”, e “por falta de planta e praga que deu na que se fez” (SILVA, 2005, p.88).

Além das instabilidades climáticas, das pragas de animais e do fogo, outros problemas afetavam as lavouras nesse período. No século XVIII não se usava cercar as roças, e isso fazia com que ficassem totalmente vulneráveis ao ataque repentino de qualquer tipo de animal, tanto de criação, como gado, porcos e galinhas, quanto animais

silvestres, como capivaras, veados e catetos. Para defenderem suas roças dos ataques inesperados, restava aos agricultores desse período vigiá-las dia e noite. Como ocorreu com Antonio Borrallho de Almeida, morador do Cuiabá, dono de uma roça nas margens do rio de mesmo topônimo que, após perder o milho e as abóboras para capivaras e catetos, passou a ter que vigiar as plantações dia e noite, com espingarda (SILVA, 2005, p. 88).

As agruras provocadas por um meio ambiente ainda pouco conhecido, e a alimentação carente de alguns nutrientes, à qual boa parcela da população estava exposta, foram consideradas por cronistas desse período como as principais razões para as inúmeras doenças que se abatiam sobre os moradores do Mato Grosso⁵, embora não se possam negligenciar as ofertas de nutrientes oferecidas pela natureza.

Pelos idos de 1750, chegou ao recém criado termo do Mato Grosso o comissário José Gonçalves da Fonseca, enviado pelas autoridades portuguesas com a incumbência de analisar a viabilidade da rota fluvial do norte. No período em que esteve em Mato Grosso, este comissário produziu um documento que denominou “Notícias da situação do Mato Grosso”. Na parte dedicada à “qualidade dos moradores”, José Gonçalves da Fonseca registrou que, de “mil e cem escravos que havia matriculados na capitação”, somente seiscentos se poderiam “empregar nas faisqueiras e lavras”, pois o restante seria ocupado “em lavouras de mantimentos, cujas fazendas se acham estabelecidas na planície em circunferência da chapada, entre esta e o Sararé” (FONSECA, 2001, p.16). Portanto, segundo cálculos do comissário, apenas 54,6% dos escravos matriculados eram destinados à extração de minerais; os outros 45,4% seriam ocupados na agricultura. Considerando que o período de extração mineral girava em torno de seis meses por ano, pela necessidade de águas para se minerar, o índice de escravos utilizados nas práticas agrícolas pode ter sido bem mais elevado durante a estiagem, o que reforça a idéia de que as atividades agrícolas tiveram importância fundamental no processo de expansão e consolidação desse território.

Os relatos de Gonçalves da Fonseca também lançam luz sobre outro aspecto importante: se boa parte dos escravos matriculados na capitação eram destinados à agricultura, isso mostra que, como já afirmamos acima, uma parcela dos estabelecimentos agrícolas instalados no Mato Grosso eram comandados por homens de grandes posses, que possuíam um número considerável de escravos. Nesse sentido,

⁵ Sobre esse assunto ver: ANZAI, 2004; JESUS, 2001.

poderíamos dizer que eram estabelecimentos agrícolas de produção escravista, sendo que as mercadorias produzidas nessas unidades, além garantir o auto-abastecimento das mesmas, também circulavam no mercado interno regional.

Outras unidades de produção agrícola foram se formando próximo às vilas, povoações e fortes. Vila Bela da Santíssima Trindade era a principal vila do Mato Grosso, criada em 1752, para sediar a recém criada capitania de Mato Grosso, e sua edificação visava ser a representação maior da posse da Coroa portuguesa na fronteira oeste. Logo após criar a Vila, o governador Rolim de Moura envidou esforços no sentido de incentivar a plantação de roças nas suas vizinhanças, medida que visava combater a falta e carestia dos alimentos na vila. Em carta ao rei de Portugal D. José I, datada de 22 de outubro de 1752, o capitão-general informava que “havia dez roças plantadas na borda do rio Guaporé e perto da vila, com a planta que basta para fazer a abundância grande para o tempo da colheita” (UFMT - NDIHR, 1982; v. I, p.100).

Segundo Rolim de Moura incentivar a formação de uma base produtiva no entorno da vila seria muito útil para atrair novos moradores, haja vista que a falta de alimentos e os preços exorbitantes eram grandes obstáculos para se atrair novos moradores para a vila capital.

Ao que tudo indica, os esforços despendidos pelo primeiro capitão-general não demoraram a apresentar seus primeiros resultados. Três anos após a criação da vila, Rolim de Moura informava a Diogo de Mendonça Corte Real, que Vila Bela havia crescido, que já contava com “mais de quarenta casas” em seu espaço urbano, e pelas suas vizinhanças, à borda do rio havia “vários lavradores estabelecidos que fabricavam os mantimentos necessários para seus moradores”. O capitão-general informava ainda, que em “uns campos contíguos aos da vila em maior distância” havia dado início à criação de fazendas, tendo começado “com bastante número de cabeças de gado”, e que havia iniciado também a criação de éguas (UFMT - NDIHR, 1983; v. II, p.56).

Pelos anos seguintes, a produção alimentícia na vila capital foi aos poucos se consolidando, e em 1758, vinte e quatro anos após o início da ocupação no vale do Guaporé, a produção de alimentos em Vila Bela e região ofereceu indícios de considerável melhora, como nos informam os Anais de Vila Bela:

[...] a cultura das terras se vai também aumentando e melhorando, utilizando-se o mesmo passo os lavradores da liberal produção que delas recebem. Já nos prédios circunvizinhos da vila e nos da mesma,

há frutas de várias espécies, como são: figos, uvas, laranjas, limas, limões, além das bananas, mamões, ananases, melancias e outras que, em bastante quantidade, principiaram a haver logo depois da criação da Vila. E de mais de estar dependentes da cultura há muitas outras que naturalmente produz a terra (AMADO; ANZAI, 2006)

Os Anais de Vila Bela também nos informam que, em 1758:

[...] se fabricou algum açúcar nos engenhos desta vila e seu distrito, e se vendeu por preço muito acomodado, tendo na bondade pouca diferença do que vem de fora. Nas terras de rio abaixo se colhe cacau, que o sertão espontaneamente produz, de que se faz suficiente chocolate e, para composição deste, também as matas deste continente produzem bastante baunilha. Os campos circunvizinhos desta vila se vão cobrindo de gado. Assim [ilegível] cuja há também um princípio de rebanho de ovelhas devido a quem esta Vila deve todo o seu ser, com o que se vai fazendo esta Vila e esta Capitania independente de outras povoações e colônias mais antigas (AMADO; ANZAI, 2006, p.70).

Os relatos acima, além de apontarem para um início de estabilização da produção agrícola no entorno da vila capital, evidenciam que naquele momento já se buscava certa diversificação da produção agrícola e na criação de animais. Mostra-nos ainda, que os recursos naturais que a terra ofertava em abundância, como o cacau e a baunilha eram usados para enriquecer e complementar a dieta alimentar dos moradores do termo.

Ao longo da segunda metade do século XVIII essa fronteira também foi o palco de manifestações advindas das disputas territoriais travadas na Europa, entre Espanha e Portugal e seus aliados. Desse modo, se na Europa se acenava com a bandeira da paz, isso se estendia à fronteira ocidental, considerando-se o tempo que demoravam as notícias. Mas, se o clima era de desavença e guerra, a fronteira ocidental sofreria seus reflexos. Esse clima constante de disputa territorial incidia diretamente em aspectos cotidianos da vida dos moradores dessa área, afetando, inclusive, a produção de alimentos no termo.

Foi o que ocorreu na década de 1760. Se na década de 1750 a paz entre Portugal e Espanha, e o constante estímulo à produção agrícola contribuíram para que a produção de alimentos na vila capital e no termo se tornasse cada vez mais “independente de outras povoações e colônias mais antigas”, na década seguinte a produção sofreu uma considerável queda. Isso porque, com a assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761 □ que anulou o Tratado de Madri □ aumentou o clima de tensão, e a constante disputa

territorial resultou em conflito armado entre portugueses e espanhóis, no ano de 1763⁶. Embora o conflito militar tenha sido breve, o clima de tensão e instabilidade política nessa área fronteiriça levou à necessidade de aumentar o contingente militar no termo do Mato Grosso, e chegaram a Vila Bela militares vindos do Cuiabá, de Goiás e do Pará (AMADO; ANZAI, 2006, p.107-109). Além disso, as freqüentes secas que ocorreram nessa década, contribuíram para a queda na produção de víveres na Vila e em seu distrito.

A movimentação bélica nessa região obrigou muitos lavradores a abandonarem seus sítios para se juntarem às forças militares portuguesas na luta em defesa do território. Ao assumir a capitania, em fins de 1768, Luís Pinto de Sousa Coutinho se deparou com vários sítios abandonados no termo do Mato Grosso. Para fazer frente à situação preocupante, o terceiro capitão-general, no ano seguinte, ordenou aos seus subordinados que fizessem um levantamento completo da situação da capitania, com o objetivo de conhecer suas reais condições e potencialidades econômicas, que auxiliassem na montagem de um plano de ação visando sua recuperação, crescimento, e aumento da capacidade produtiva de alimentos. Em 4 de fevereiro de 1770, Luís Pinto de Sousa Coutinho escreveu a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar expondo as razões do levantamento e seus resultados. Sousa Coutinho relatou que, após ter o estudo em mãos fez “convocar uma assembléia

⁶A anulação do Tratado de Madri, decorrente da assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761, fez com que portugueses e espanhóis entrassem novamente em guerra na Europa. Uma vez declarada a guerra no Velho Continente, esta logo se estendeu às possessões ultramarinas. Desse modo, nas regiões de fronteira entre os Impérios Ibéricos na América ocorreram novos confrontos. Um desses confrontos ocorreu em Mato Grosso, no ano de 1763. Em fins de 1762, Rolim de Moura se encontrava no Forte da Conceição, quando chegaram notícias do deslocamento para a região de aproximadamente 500 homens, muitas canoas, peças de artilharia, armas e munições. Preocupado com a iminência de um ataque espanhol Rolim de Moura pediu reforços do Pará, Vila Bela e de Cuiabá. Em 14 de abril do ano seguinte as suspeitas se confirmaram, quando um pedestre informou ao capitão-general que os espanhóis se encontravam alojados na barra do rio Itunamas, com aproximadamente 800 homens. Uma vez informado que Portugal e Espanha se encontravam em guerra na Europa havia um ano e quatro meses, Rolim de Moura organizou seu efetivo de aproximadamente 224 homens e ficou à espera do ataque inimigo. Passaram-se dias na espera do ataque espanhol que não veio. O plano dos castelhanos era bloquear a comunicação do Forte da Conceição com Vila Bela e com o Pará através dos rios. Diante da iminência de um bloqueio espanhol, os portugueses optaram por usar táticas de guerrilha para combater o inimigo. Desse modo, iniciaram com um ataque rápido e de surpresa às missões espanholas de São Miguel, cujo objetivo era desguarnecer o efetivo espanhol de alimentos e provisões para a subsistência. Nesse ínterim, os espanhóis armaram outro alojamento na barra do Mamoré. De posse dessa informação os portugueses passaram a sondá-los e, em 15 de maio percebendo a distração do inimigo abriram fogo contra duas canoas grandes lotadas de espanhóis, que navegavam já bem próximos da barra do Mamoré. Conta-nos os Anais de Vila Bela que uma dessas canoas era “adornada” e tinha “um camarote onde seguiam três personagens com ricos vestidos”, os quais foram mortos pelos portugueses, “causando entre os castelhanos, um grande pranto”. Entre os meses de maio e junho os portugueses empreenderam mais três ataques surpresa, sendo o último deles em 26 de junho, o qual deixou um saldo de 23 mortos e 48 feridos no efetivo português. In: AMADO; ANZAI, 2006, p. 88-99 e 149-175; SILVA,1995, p.130-131.

dos seus moradores” exortando-os a “tornarem a restabelecer a cultura das terras desamparadas”, apontando para a existência de “certo número de escravos conducentes que podiam aplicar” para este fim, “sem prejuízo da atual cultura das minas” (UFMT - NDIHR, 1983; v. II, p.56).

O governador encerrou a carta argumentando com Mendonça Furtado que seu “apelo” daria os resultados esperados se fossem concedidos certos estímulos, tais como “perdoar direitos de sua Real Fazenda”, e para isso pedia o apoio de Mendonça Furtado para que intercedesse junto ao rei. No teor da citação acima, assim como de toda a correspondência percebe-se que Sousa Coutinho considerava a agricultura como fundamental para o sucesso do empreendimento português na região. Aliás, a preocupação com o desenvolvimento da agricultura na capitania parece ter sido uma de suas maiores preocupações no governo; para ele, da agricultura dependiam todos os outros setores da economia, e até mesmo o futuro do povoamento da capitania, pois:

[...] sem a abundância das primeiras produções naturais eram ruinosas todas as mais empresas e manufaturas; se acrescentava excessivamente o valor de todas as fazendas que o comércio introduz; o preço do salário e, finalmente, se derramava a infelicidade e o descômodo por todas as classes de pessoas, a destruir, por último, a povoação e o próprio trabalho das minas (04/02/1770. PROJETO RESGATE - AHU – cx.14; doc. n.º. 876).

Observa-se uma ressonância no discurso de Sousa Coutinho das idéias que cada vez mais ganhavam vulto em Portugal, ou seja, a noção de que era preciso fomentar o desenvolvimento econômico através da pesquisa científica, que gerasse melhorias na agricultura por meio de um aproveitamento mais racional das riquezas naturais.(ANZAI, 2004, p.45-47).

No ano seguinte, os dados levantados por esse estudo foram enviados por Luís Pinto de Sousa Coutinho ao Secretário da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em um ofício de 1.º de maio de 1771. Nas trinta e sete páginas que compõem esse rico documento Sousa Coutinho fez uma profunda análise da situação da capitania de Mato Grosso enfocando os seus mais diversos aspectos. Tratou de sua situação geográfica, dos Tratados de Limites, dos pontos de comunicação e os cuidados que inspirava, da fauna, da flora, do comércio, da povoação, das tropas, dos eclesiásticos, da agricultura, dentre outros assuntos (OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 01/5/1771. PROJETO RESGATE - AHU. 1771, cx. 15, doc. 927.).

Contudo, a riqueza e a peculiaridade desse documento está nos cinco mapas que contém, e nas observações esclarecedoras de Sousa Coutinho. Os mapas são os seguintes: Mapa geral da povoação da capitania; Mapa do estado eclesiástico; Mapa do estado civil; Mapa geral das tropas pagas milícias e embarcações da capitania de Mato Grosso; Mapa do comércio exterior e interior da capitania de Mato Grosso; Mapa econômico da capitania de Mato Grosso. O presente trabalho vem se valendo das informações registradas no último desses mapas, o “Mapa econômico”, no qual Sousa Coutinho registrou informações pormenorizadas sobre o estado da agricultura, das fábricas, das minas, dos ofícios mecânicos e do gado vacum e cavalari existente na capitania, nos anos de 1769 e 1770. Embora esse não seja um documento inédito, acreditamos que foi até agora pouco explorado, considerando a riqueza de suas informações.

Quanto ao total de sítios levantados no termo, o capitão-general informava ao Secretário da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que em Vila Bela e seu distrito, no ano de 1770, haviam sido identificados oitenta e quatro sítios, sendo dez de fundação recente, e onze que se encontravam abandonados. Portanto, como é possível verificar na tabela abaixo, no ano de 1771, do total de oitenta e quatro sítios identificados na repartição do Mato Grosso, setenta e três estavam em plena atividade em 1771, haja vista que dos vinte e um sítios que haviam sido abandonados, dez haviam sido restabelecidos, e apenas onze continuavam abandonados.

Tabela I
Sítios localizados no termo de Mato Grosso em 1770

Sítios em atividade	63
Sítios fundados de novo	10
Sítios abandonados	11
Total de sítios em atividade	73
Total de sítios	84

Fonte: OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro.
Projeto Resgate. AHU. 1771, cx. 15, doc. 927.

Nas observações anexadas a esse mapa econômico, Sousa Coutinho esclareceu que dos dez sítios fundados de novo, nove se destinavam à criação de gado vacum, e um era de engenho de cana, localizado próximo à vila capital. Quanto aos engenhos, segundo o governador, sua produção estava organizada da seguinte forma: “cinco de

farinha, dezesseis de aguardente de cana, quatro de mandioca, e dois de açúcar” (PROJETO RESGATE - AHU. 1771, cx. 15, doc. 927.)

No ano seguinte, ao passar instruções a Luis de Albuquerque, seu sucessor na administração da capitania, Sousa Coutinho esboçou suas preocupações em garantir o aumento da agricultura. O terceiro governador acreditava que, para assegurar o bom andamento no abastecimento de alimentos seria necessário que o novo governador não perdesse de vista a relação entre a quantidade de sementes que os lavradores lançavam à terra e sua produção média, a demanda gerada pelas vilas e tropas da capitania e as reservas que a capitania deveria manter para suprir os casos de necessidade. A partir da observação desses três itens, segundo Sousa Coutinho, o governo poderia “prescrever a quantidade das monções que devem lançar à terra, em proporção ao que devem produzir nos anos médios”(INSTRUÇÕES AOS CAPITAES-GERAIS, 2001, p.43)

Pouco tempo após assumir o comando da capitania, em 1772, Luís de Albuquerque demonstrava preocupação com a produção agrícola e com a distribuição de alimentos básicos à população, ao recomendar à câmara da vila que:

[...] aplicasse todo o cuidado em promover e facilitar a agricultura, como tão indispensável para a subsistência da república e como objeto por muitas vezes recomendado por Sua Majestade; e que, igualmente, vigiassem atentamente sobre os oficiais mecânicos e mais pessoas que dão comestíveis ao povo, a fim de conter uns e outros dentro dos limites de um regimento prudente bem econômico (AMADO; ANZAI, 2006, p. 189)

Ao que tudo indica, Luís de Albuquerque deu continuidade às medidas tomadas por seu antecessor para fomentar e florescer a agricultura, seguindo de perto as recomendações deixadas por Luís Pinto. Esse fato certamente foi decisivo para aumentar a capacidade de cultivo da capitania. Nos anos subsequentes a 1773, a documentação analisada indica que a produção de gêneros alimentícios na vila capital e seu termo floresceu, garantindo aos moradores certa regularidade no abastecimento alimentar e estabilidade nos preços.

Ao raiar da década de 1780 a capitania de Mato Grosso recebeu a visita da expedição demarcadora de limites, também conhecida por “Terceira Partida”. Essa expedição chegou em Vila Bela no dia 28 de fevereiro de 1782, após duzentos e um dias de viagem, e um trajeto de quatrocentas e noventa léguas percorridas. Em seu diário, o capitão Ricardo Franco de Almeida Serra nos oferece uma apresentação sobre os recursos alimentares disponíveis em Vila Bela, na década de mil setecentos e oitenta:

[...] é esta vila abundante nas coisas mais necessárias para a vida e própria produção do país, como são carnes frescas de vaca e porco, galinhas, patos, peixes, arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, aguardente de cana, laranjas, melancias, e algumas uvas, figos e melões, fora frutas do país, e várias hortaliças, cuja abundante cultura, e da mesma forma a perfeita construção e adiantamento das casas, se deve às providências do paternal governo do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto capitão-general desta capitania, que no espaço de quase 18 anos que a governou se desvelou a chegá-la⁷ ao estado em que se acha. (SERRA, 1790, p 427)

O relato de Ricardo Franco nos repassa a imagem de uma vila bem provida dos alimentos necessários à manutenção da ração diária de seus habitantes. Percebe-se que dentre os produtos citados pelo demarcador, vários são de outras regiões, como melancias, originárias da África, uvas e figos, muito apreciados em Portugal, e que provavelmente chegaram à capitania de Mato Grosso no processo de colonização. Embora o capitão demarcador não denomine as frutas da terra, se limitando a dizer “fora as frutas do país”, as mais citadas na documentação consultada foram o cacau, o ananás e a baunilha.

Durante o período em que percorreram as terras da capitania, esses estudiosos produziram diversos documentos, como diários de viagem, representações cartográficas, memórias, entre outros. De todos os lugares que percorreram na capitania, os demarcadores nos deixaram relatos sobre alimentos encontrados e, ao cotejar seus diários com os Anais de Vila Bela, identificamos boa parte deles disponíveis na vila capital e seu termo, na década de 1780. Esses alimentos, como milho, feijão, mandioca, arroz, assim como verduras e legumes, tais como cará, batata, quiabo, além de frutas como banana, melancia, laranja, cacau e baunilha, certamente foram importantes na construção da base alimentar da sociedade que se formou nessa região de fronteira, em momento de disputa e definição de limites entre Portugal e Espanha.

Antônio da Silva Pontes, um dos astrônomos dessa comissão registrou em seu diário não só os alimentos disponíveis em Vila Bela e seu termo, mas também os locais próximos à vila capital pelos quais passou no trajeto da viagem. No dia anterior à sua chegada em Vila Bela, Silva Pontes escreveu em seu diário que seguia navegando pelo

⁷ É importante registrar que o diário de Ricardo Franco estudado nessa pesquisa é uma segunda versão, apresentada em 1790, onde Ricardo Franco fez correções em pontos que considerou terem ficado obscuros na primeira versão feita em 1781. Isso explica o juízo de valor feito por Ricardo Franco a respeito do governo de Luís de Albuquerque dizendo que o estado em que se encontrava Vila Bela e a capitania se devia “às providências do paternal governo do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto capitão-general desta capitania, que no espaço de quase 18 anos que a governou se desvelou a chegá-la ao estado em que se acha”. In: SERRA, 1790, p.427.

rio Capivari, juntamente com seu companheiro de viagem, o tenente João Soeiro, quando identificaram na margem esquerda do rio o sítio “a que chamam Belo”, e deste ponto, logo à direita, em umas terras firmes viram os sítios de “Inácio da Silva, o do Caetaninho, e depois do Carvalho”, e no último pararam para jantar (PONTES, 1781, p.178-179).

Saindo do sítio do Carvalho, e tendo entrado nas águas do rio Sararé, o astrônomo Silva Pontes registrou que ele e seus companheiros de viagem passaram por diversos locais, “quase todos da parte direita, nas barreiras”, sendo “alguns muito alegres”, um dos quais denominado “do Capitão-mor”. Silva Pontes conta-nos que no sítio do Carvalho havia “as melhores melancias da capitania”, produzidas em “um nateiro que deixava o rio defronte da casa, e para o mês de setembro se comem”(PONTES, 1781, p.178-179) O dono do local, de acordo com Pontes, era

[...] um venerando velho, pardo de cor e de cã branquíssima, o qual pela longa idade diz muito a favor deste doentio continente, onde ele tem vivido há mais de quarenta anos, e segundo o que lhe dissera o próprio Carvalho era natural de Mariana, onde fora seu padrinho de batismo D. Pedro de Almeida, depois Conde de Assumar, o que fez crer que terá os seus oitenta anos. (PONTES, 1781, p.179)

Comparando as informações fornecidas por Silva Pontes com o “Mapa topográfico do nascimento” abaixo, constatamos que todos os locais produtivos e os nomes de seus donos, citados pelo demarcador, se encontram referenciados nessa representação cartográfica elaborada doze anos após seu relato.

Neste mapa aparecem representados a vila capital, Vila Bela, a Povoação de Casalvasco, os arraiais de São Vicente, Boa Vista, Ouro Fino, Sant’Ana, Pilar e arraial da Chapada de São Francisco Xavier □ conforme detalhes em vermelho. Constatamos ainda, que os locais produtivos das margens dos rios Galera, Sararé, Barbados e Guaporé, e seus respectivos donos, se encontram referenciados nesse mapa, como, por exemplo, os sítios de Manoel Rodrigues, Gertrudes, Lessa, Antônio Felipe da Cunha, Agostinho Barata, Inácio da Silva, Quitéria, e o do Belo e do Carvalho citados pelo demarcador Silva Pontes. Ao ampliar-se essa imagem verifica-se também, o registro de vinte e três sítios localizados às margens do Guaporé, ou seja, pontilhando a linha de fronteira.

Mapa II

Mapa topográfico do nascimento e origens principais dos Rios Galera, Sararé, Guaporé e Juruena –
1794



Fonte: GARCIA, 2000, p. 410.

Ao analisar um vasto corpus documental composto por requerimentos e concessões de sesmarias, Vanda da Silva traçou um panorama da concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso entre os anos de 1748-1823. No que se refere a concessão de sesmarias no termo da Vila Bela no período recortado nesse estudo, a autora chegou aos seguintes resultados: no governo do primeiro capitão-general Antônio Rolim de Moura a concessão de “sesmarias concentraram-se nas proximidades do rio Guaporé nos eixos rio Sararé – rio Galera; rio Guaporé – rio Sararé”. No governo de seu sucessor João Pedro da Câmara a autora não encontrou nenhuma sesmaria doada em Vila Bela. Já no governo do terceiro governador e capitão-general Luís Pinto de Sousa Coutinho Silva constatou que “além da expansão de concessões nas áreas fronteiriças do eixo Guaporé - Arrozal - Sararé”, houve também a “ocupação de áreas próximas ao rio Barbado, Aguapeí, Alegre e Jauru”. No governo de Luís de Albuquerque, houve uma “ampliação na ocupação das áreas fronteira”. As concessões de sesmarias no termo da Vila Bela, nesse período “iam desde o rio Barbados, Guaporé até o Galera”. Entretanto, no governo de seu irmão e sucessor João de Albuquerque

ocorreu uma “inversão na ocupação do espaço rural no que diz respeito às áreas de fronteira” diminuindo o número de sesmarias na repartição do Mato Grosso e aumentando no termo do Cuiabá (SILVA, 2008, p.80-81). Portanto, os apontamentos feitos por Silva corroboram com nossa hipótese de que, a constituição da paisagem agrícola no termo da Vila Bela, nas quatro décadas analisadas nesse trabalho, esteve intimamente ligada as questões de defesa do território nesta fronteira, nesse sentido a ocupação do espaço rural foi estratégia importante largamente utilizada pelos governadores e capitães-generais da capitania no período para assegurar à Coroa portuguesa a posse dessas terras.

Notas

Documentos manuscritos

CARTA de Antônio Rolim de Moura à Diogo de Mendonça Corte Real. 28/05/1752. In: UFMT - NDIHR, 1982; v. I, p.64.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 31/01/ 1755. In: UFMT - NDIHR, 1983; v. II, p.56.

CARTA de Antônio Rolim de Moura ao rei de Portugal D. José. Vila Bela, 22/10/1752. In: UFMT - NDIHR, 1982; v. I, p.100.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real. Vila Bela, 31/01/1755. In: UFMT - NDIHR, 1983; v. II, p.56.

OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Francisco de Mendonça Furtado. Vila Bela, 04/02/1770. PROJETO RESGATE - AHU – cx.14; doc. nº. 876.

OFÍCIO de Luís Pinto de Sousa Coutinho a Martinho de Melo e Castro. Vila Bela, 01/5/1771. PROJETO RESGATE - AHU. 1771, cx. 15, doc. 927.

Documento impressos

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá. EdUFMT, 2006. Coleção documentos preciosos.

ANZAI, Leny Caselli. **Notícias e contas**. Cartas enviadas ao governador da capitania de Mato Grosso por seu procurador em Lisboa (1771-1799). Relatório de pesquisa referente ao processo 402000/04-8, apresentado ao CNPq. Cuiabá, 2005.

FONSECA, José Gonçalves da. **Notícias da Situação de Mato Grosso e Cuiabá**. Cuiabá: IHGMT, 2001. (Publicações avulsas, nº. 22).

GARCIA, João Carlos (coord.) **A mais dilatada vista do mundo**: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Lisboa: CNDP, 2000.

IHGB. **Revista do IHGB**. Tomo XX, 1857.

IHGMT. **Instruções aos capitães gerais**. Cuiabá: IHGMT, 2001. (Publicações avulsas, nº.27).

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. **Diários de Viagem**. São Paulo: Imprensa Nacional, 1841.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai**: Primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xérox, 1985.

NDIHR – UFMT. D.Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja. In: Correspondências. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1982. Coleção documentos Ibéricos. Série Capitães-generais. Volumes I, II e III.

PONTES, Antônio Pires da Silva. Diário de Viagem. Vila Bela 1/09/1781. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai**: primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Diário do Rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à Demarcação de Limites fez do Rio Negro até Vila Bela, capital do governo de Mato Grosso. Vila Bela 20/ 08/1790. In: **RIHGB**. Tomo XX, 1857.

SUSUKI, Yumiko Takamoto. **Annaes do Senado da Câmara do Cuiabá: 1719-1830**. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Susuki. Cuiabá: Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. **O fazendeiro do Brasil**. Tomo III, parte III. Lisboa. Imprensa Régia. 1805. <http://www.ieb.usp.br>

Livros, teses e dissertações

ALENCAR, Luzinéia Guimarães. **Misturando sabores**: a alimentação na Vila Real do Senhor Jesus de Cuiabá (1727-1808). Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O espaço em cinco sentidos: sobre cultura, poder e representações espaciais. In: HARRES, Marluza Marques e JOANONI NETO, Vitale. **História, terra e trabalho em Mato Grosso**: ensaios teóricos e resultados de pesquisa. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso**: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tese (Doutorado em história). Brasília: UNB, 2004.

BANDEIRA, Maria de Lurdes. **Território negro em espaço branco**. Estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARROS, Henrique de. **Os grandes sistemas de organização da economia agrícola**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

BOSCHI, Caio C. Nem tudo o que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa oficial, 2002.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais**. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Fundação Júlio Campos. Várzea Grande: 1994. Coleção Memórias Históricas. v. 4.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. Ciência socioambiental: notas sobre uma abordagem necessariamente eclética. In: ROLIM, Rivail Carvalho e PELLEGRINI, Sandra Araújo e DIAS, Reginaldo. (Org). **História, espaço e meio ambiente**. Maringá: ANPUH – PR, 2000.

- DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **Economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira** (combates e controvérsias). São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A pecuária e a produção de alimentos na colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec, ABPHE/ Imprensa Oficial, 2002.
- MENESES, José Newton Coelho. **O continente rústico**: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Ruralidade na ‘terra da conquista’**: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750). Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2008.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Flávio Marcus. **Subsistência e poder**: a política do abastecimento alimentar nas minas setecentistas. Tese (Doutorado em história). Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SILVA, Vanda da Silva. **Administração das terras**: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748 -1823). Dissertação. Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2008.
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil. (1500-1820)**. São Paulo: Cia Nacional, 1978.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1990.

Artigo recebido em 04 de julho de 2010.

Artigo aceito em 22 de outubro de 2010.